FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 04/01/2023 - 05:59

Haddad avalia pacote para reduzir rombo nas contas públicas

Haddad avalia pacote de medidas para reduzir rombo nas contas públicas

Revogação de cortes de IPI e PIS/Cofins e aumento do IOF estão entre os pontos em discussão

Idiana Tomazelli e Nathalia Garcia

BRASÍLIA O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), discutiu com sua equipe nesta terça (3) um amplo cardápio de medidas que elevam a arrecadação e reduzem despesas, gerando impacto de até R$ 223 bilhões nas contas públicas.

Foi a primeira reunião oficial entre o novo titular da pasta e seu time de secretários e assessores jurídicos, na sede do órgão, em Brasília.

Interlocutores ouvidos pela **Folha** ressaltam que as iniciativas elencadas pela equipe são cenários que estão sobre a mesa para discussão, mas ainda não foram alvo de decisão. O levantamento foi feito para que Haddad tenha "noção do leque de possibilidades".

A relação de medidas pelo lado da receita inclui o aproveitamento de créditos do ICMS (R$ 30 bilhões), a redução do alcance da desoneração sobre combustíveis na comparação com o ano passado (R$ 28,67 bilhões), a possibilidade de desfazer o corte de 35% nas alíquotas do IPI adotado pela gestão anterior (R$ 9,01 bilhões) e a revogação do corte de PIS/Cofins sobre receitas financeiras de grandes empresas (R$ 4,4 bilhões).

A lista também cita a reoneração do IOF, com impacto de R$ 0,47 bilhão, embora não especifique qual parcela do tributo. Há uma observação de que esta medida está "em avaliação de mérito" pela Receita.

Algumas medidas só dependem de decreto da Presidência, como as relacionados ao IPI. Outras, como a tributação dos combustíveis, vão precisar de aval final do Congresso.

Parte das iniciativas deve enfrentar resistência dentro do próprio governo. A ala política, por exemplo, prefere prorrogar a desoneração da gasolina por um período superior aos 60 dias previstos na MP (medida provisória) assinada por Lula no domingo.

Fernando Haddad (de costas) durante reunião com equipe; no monitor, as medidas em estudo Washington Costa/Ministério da Fazenda

Haddad está sob pressão para apresentar um plano de ação para amenizar o rombo de mais de R$ 220 bilhões nas contas públicas previsto para este ano, agravado pela PEC da Gastança, que autorizou um aumento de R$ 168 bilhões nas despesas para garantir a continuidade de programas sociais e investimentos.

Em seu discurso de posse, na segunda (2), Haddad prometeu reduzir o déficit. "Não aceitaremos um resultado primário que não seja melhor do que os absurdos R$ 220 bilhões de déficit previstos no Orçamento para 2023."

O ministro ainda não divulgou nenhum plano concreto de medidas, embora tenha manifestado a intenção de fazê-lo "nas próximas semanas". Haddad ainda precisa do aval do presidente Lula para avançar com as medidas.

Em uma preparação para possíveis anúncios, a equipe discutiu opções que incluem reversão de desonerações, busca de receitas extraordinárias e redução de despesas. A lista acabou ficando pública em um dos registros do encontro. A Fazenda afirma que "foi uma reunião geral de trabalho, a primeira com os secretários após a posse do ministro".

A equipe elencou ainda possíveis ações de receitas extraordinárias, como um "incentivo extraordinário à redução da litigiosidade no Carf", em referência ao tribunal administrativo que julga conflitos tributários. O potencial é calculado em R$ 53,77 bilhões.

Segundo relatos, o ministro estabeleceu como uma das prioridades melhorar a governança do Carf, que acumula um estoque de litígios crescente e que já passa do R$ 1,2 trilhão. A percepção é que Haddad deve buscar medidas estruturais para acelerar a análise dos processos.

No ano passado, o governo de Jair Bolsonaro (PL) cedeu a grandes empresas, que queriam derrubar o chamado voto de qualidade, que assegurava à Receita a manutenção da cobrança tributária em caso de empate no julgamento —algo corriqueiro em um tribunal formado por representantes do fisco e dos contribuintes.

Sem linha de defesa no Legislativo, o órgão perdeu o voto de qualidade, ampliando as derrotas da Fazenda Pública. A possibilidade de retomar esse poder diferenciado, porém, é dúvida no atual governo porque poderia abrir brechas a questionamentos jurídicos.

Ainda na lista de receitas extraordinárias, outra opção é um "incentivo extraordinário à denúncia espontânea", estimado em R$ 33,77 bilhões, mas não detalhado.

Pelo lado das despesas, a equipe aposta em economia de R$ 15 bilhões em recursos com revisão de contratos e programas —agenda já perseguida pelo novo ministro quando ele foi prefeito de São Paulo.

Foi elencada também a possibilidade de permitir uma execução menor de despesas do que o efetivamente autorizado no Orçamento —uma espécie de controle na boca do caixa. O potencial dessa frente foi calculado em R$ 25 bilhões.

Por fim, os técnicos apontaram o levantamento de R$ 23 bilhões em receitas com ativos hoje depositados no Fundo PIS/Pasep, parados há décadas sem que haja reclamação por parte de seus beneficiários. O resgate desses recursos pelo governo já foi autorizado via PEC da Gastança.

Ministro diz que vai apresentar plano de voo no 1º despacho

BRASÍLIA O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta terça-feira (3) que, em seu primeiro despacho, apresentará a Luiz Inácio Lula da Silva (PT) um plano de voo com ações de curto, médio e longo prazo para a agenda econômica da nova gestão.

O chefe da pasta também minimizou as reações do mercado financeiro depois de seu discurso de posse na segunda-feira (2).

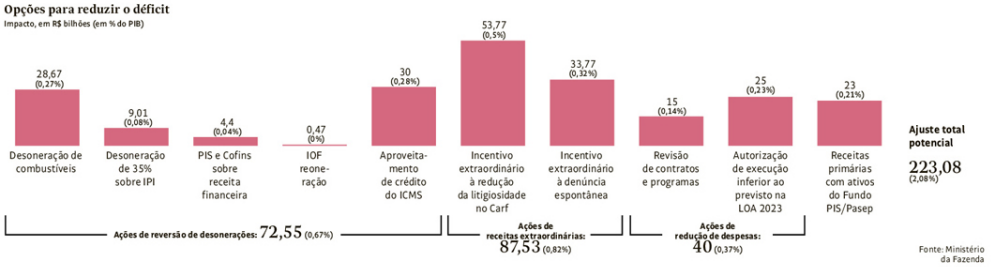
"Não acho isso [que está havendo um ataque especulativo à atual gestão]. As pessoas estão se apropriando dos números e do que aconteceu no Brasil em 2022. Estava um clima de que economia estava no rumo certo e esse clima está se desfazendo pela apresentação dos números do enorme rombo eleitoral deixado pelo Bolsonaro."

Segundo Haddad, o movimento desfavorável dos ativos brasileiros, com dólar em alta e Bolsa em queda, mostra que está "caindo a ficha" dos agentes econômicos sobre a herança deixada pelo governo Jair Bolsonaro (PL).

Economistas e investidores ouvidos pela **Folha**, porém, atribuem os movimentos a medidas do governo Lula que indicam risco de maior intervenção na economia, como a retirada de estatais do plano de privatização, alterações em relação à ANA (agência ligada ao marco do saneamento) e declarações sobre mudança na política de preços da Petrobras.

"No meu primeiro despacho, eu vou apresentar um plano de voo ao presidente Lula de curto, médio e longo prazo. Vou apresentar um conjunto enorme de ações para ele, de decisões que ele vai ter de tomar, uma a uma", disse Haddad ao site Brasil 247. **NG**

Opções para reduzir o déficit
Impacto, em R$ bilhões (em % do PIB)



Fonte: Ministério da Fazenda

Prorrogar desoneração sobre combustíveis tira R$ 25 bilhões dos cofres de Lula em 2023

BRASÍLIA A prorrogação da desoneração sobre combustíveis terá um custo de R$ 25 bilhões aos cofres do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2023.

O valor consta na exposição de motivos da MP (medida provisória), assinada pelo petista no mesmo dia em que foi empossado no cargo, de modo a evitar que um aumento de tributos marcasse o início de sua nova gestão.

A perda de arrecadação já está contemplada nas previsões do Orçamento de 2023 e, por isso, não demandará compensações adicionais. No entanto, significa um revés para a equipe econômica, já que Haddad e sua equipe resistiram à prorrogação e, diante da opção política de adotá-la, trabalharam para tentar limitar a um período mais curto (30 dias), de modo a recompor o caixa de forma mais significativa e emitir um sinal de compromisso com as contas.

A MP prorrogou até o fim do ano a desoneração de PIS/Cofins sobre diesel, biodiesel e gás de cozinha. Os demais combustíveis, como gasolina e etanol, tiveram o benefício estendido até 28 de fevereiro.

A proposta de Orçamento foi enviada por Jair Bolsonaro (PL) em agosto de 2022, contemplando uma perspectiva de prorrogação de todas as desonerações por um ano. O custo cheio da medida foi calculado em R$ 52,9 bilhões.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) e sua equipe resistiam à desoneração e esperavam que a reversão do benefício permitisse a redução do rombo de mais de R$ 220 bilhões que ficou após a aprovação da PEC que autorizou o aumento de despesas em até R$ 168 bilhões neste ano.

Se por um lado a nova desoneração frustra em parte esse plano, por outro o impacto é menor que o programado no Orçamento. Assim, Haddad ainda conseguiria, em tese, recuperar R$ 27,9 bilhões, amenizando parte do déficit.

O impacto positivo, porém, ainda é incerto porque membros da ala política veem necessidade de estender os benefícios por mais tempo do que apenas os dois meses, até que Lula encontre uma solução estrutural para o preço dos combustíveis.

Na segunda (2), Haddad disse que a prorrogação das desonerações foi uma decisão tomada por Lula devido ao "atraso da transição da Petrobras" —a companhia será presidida pelo atual senador Jean Paul Prates (PT-RN), mas ainda há um trâmite burocrático para a indicação formal. A intenção é discutir uma solução conjunta para combustíveis.

Como mostrou a **Folha**, o novo governo quer analisar o PPI (Paridade de Preços de Importação), política adotada pela Petrobras que mantém o preço dos combustíveis alinhado aos do mercado internacional.

Enquanto não há solução definitiva, a discussão sobre os combustíveis envolve uma balança delicada entre custos políticos e econômicos. Reverter a desoneração teria um impacto potencial significativo no bolso dos consumidores e consequentemente sobre a inflação logo. Na gasolina, cujo benefício só está garantido pelos próximos dois meses, o aumento poderia ser de R$ 0,69 por litro na gasolina. **IT**

Secretaria notifica postos que aumentaram preço

O secretário da Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), Wadih Damous, disse nas redes sociais que já mandou notificar postos de combustíveis que aumentaram o preço dos combustíveis no início deste ano. "Inaceitável e inexplicável a alta da gasolina pois não houve aumento no preço internacional do barril de petróleo e a isenção de tributos federais sobre os combustíveis foi renovada. Como secretário nacional do Consumidor, já mandei notificar esses postos. Parece coisa orquestrada."

Dólar volta a subir e fecha a R$ 5,45, maior valor em cinco meses; Bolsa cai 2%

Declaração de ministro sobre rever reforma da Previdência adiciona pessimismo a dia que já era negativo em reação ao início do governo

Clayton Castelani

SÃO PAULO Dólar e juros engataram novas altas, enquanto o mercado de ações apresentou forte queda, em mais um dia de reações negativas às ações iniciais do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Investidores voltaram suas atenções ao longo desta terça-feira (3) às falas do novo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que intensificaram preocupações de que decisões políticas se sobreponham à necessidade de equilíbrio das contas públicas.

Houve piora dos indicadores, porém, no final da tarde, após o ministro da Previdência, Carlos Lupi (PDT), ter dito que quer criar uma comissão para revisar a reforma da Previdência aprovada no governo de Jair Bolsonaro (leia texto abaixo).

Temores no exterior quanto à desaceleração da economia global também contribuíam com a aversão aos investimentos de risco, prejudicando ainda mais os ativos brasileiros, principalmente no setor de exploração e distribuição de petróleo.

A moeda americana fechou em alta de 1,77%, cotada a R$ 5,4520 na venda, maior valor desde o fim de julho. O Ibovespa, referência da Bolsa, caiu 2,08%, para 104.165 pontos.

Os juros futuros saltaram de forma generalizada. A taxa DI (Depósitos Interbancários) para 2024, por exemplo, passou de 13,53% para 13,79% ao ano. Os contratos com vencimento em 2025 avançaram de 12,91% ao 13,30%. Negociada entre bancos, a taxa de juros DI serve de referência para o setor de crédito.

Piter Carvalho, chefe de mesa da Valor Investimentos, afirma que as declarações de Lupi sobre a revisão da reforma da Previdência pegaram "investidores locais já sem paciência, que já são contrários ao governo petistas e às mudanças nessas regras".

"A reforma da Previdência demorou anos e, agora, o mercado fica com a incerteza se pode mudar da noite para o dia", completou Carvalho.

Antes de a declaração de Lupi ter piorado o humor do mercado, os indicadores já apresentavam forte reação a afirmações feitas por Haddad no início do dia.

O ministro da Fazenda afirmou nesta terça que apresentará ao presidente Lula um plano de voo com ações de curto, médio e longo prazo para a agenda econômica da nova gestão. "Vou apresentar um conjunto enorme de ações para ele, de decisões que ele vai ter de tomar, uma a uma."

Haddad também minimizou as reações do mercado financeiro na véspera. "As pessoas estão se apropriando dos números e do que aconteceu no Brasil em 2022. Estava um clima de que economia estava no rumo certo e esse clima está se desfazendo pela apresentação dos números do enorme rombo eleitoral deixado pelo Bolsonaro."

Analistas de mercado relatam que há desconfiança sobre a autonomia do ministro e até que ponto as decisões econômicas serão influenciadas pela setor político do governo.

"A incerteza [sobre a política] fiscal vem se concretizando. Hoje [terça] tivemos o discurso do ministro da Fazenda reconhecendo que a instância política será responsável por dar a última palavra, o que levou a uma reação bem ruim do mercado", comentou Luiz Souza, assessor de renda variável da SVN Investimentos.

Na segunda-feira (2), o mercado financeiro já havia demonstrado descontentamento com o discurso de posse e as primeiras ações do presidente Lula. A leitura feita por analistas é que há sinais de que o governo será mais intervencionista na economia do que se esperava, com consistente uso de empresas públicas.

> **Está ficando claro que o governo não tem um plano fiscal e que a ala política está empurrando mais estímulos fiscais, a exemplo da desoneração dos combustíveis**
>
> **Nicolas Borsoi**
> economista-chefe da Nova Futura

As expectativas também pioraram quanto ao controle dos gastos públicos, sentimento que ganhou força após o anúncio da manutenção da desoneração por dois meses para gasolina e etanol, e por um ano para diesel, biodiesel e gás de cozinha.

No exterior, os principais mercados apresentaram ligeira queda após o feriado prolongado de Ano-Novo. Em Nova York, o índice parâmetro da Bolsa, o S&P 500, cedeu 0,40%. Os indicadores Dow Jones e Nasdaq caíram 0,03% e 0,76%, respectivamente.

No mercado de petróleo, o barril do Brent era negociado no final da tarde com queda de 4,13%, cotado a US$ 82,36. A matéria-prima é referência para os preços praticados pela Petrobras, cujas ações mais negociadas na Bolsa brasileira recuaram 2,53%.

Analistas consultados pela Bloomberg atribuíam a aversão aos investimentos de risco ao temor de uma recessão global, sobretudo diante do crescimento das preocupações de que o aumento dos casos de Covid na China resulte em novo fechamento de atividades econômicas e quebra nas cadeias de distribuição.

Apesar do exterior negativo, é incerteza quanto à economia local o principal motivo para as desvalorizações do real e do Ibovespa, segundo Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura.

"Está ficando claro que o governo não tem um plano fiscal e que a ala política está empurrando mais estímulos fiscais, a exemplo da desoneração dos combustíveis."

Copyright © Clipclap 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 14 e 15

Copyright © Clipclap 2025.